

ARTIGO

PRÁTICA DOCENTE: A CORPOREIDADE COMO PROCESSO DE INCLUSÃO

Cassiano Telles¹
Hugo Norberto Krug²

Resumo: Partindo do pressuposto de que o processo de inclusão social no contexto escolar encontra-se como um processo defasado e que a materialização da exclusão dos não iguais desrespeita a individualidade e a unicidade de cada ser, observamos que perante esse descaso deveríamos realizar um debate, procurando promover o processo que dê às escolas ambientes cada vez mais inclusivos e participativos, utilizando novos métodos que propiciem a interação escola/comunidade e professor/aluno, por meio de uma consciência histórica e filosófica de definição de mundo. O objetivo foi analisar como ocorre o processo de inclusão em determinada cidade da região noroeste do Rio Grande do Sul, realizando uma interlocução com a corporeidade. Desta forma, realizamos uma pesquisa de caráter qualitativo/explicativo na forma de estudo de caso em três estabelecimentos de ensino de uma cidade do noroeste do Rio Grande do Sul, onde observamos a complexidade que as abordagens possuem, sendo que cada aluno especial possui dificuldades de aprendizagem diferenciadas dos outros, mas possuindo características comuns. Assim, essa pesquisa mostrou que as pessoas possuem

¹ Mestrando em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física. E-mail: telleshz@yahoo.com.br

² Doutor em Educação. Doutor em Ciência do Movimento Humano. Professor Associado do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física. E-mail: hnkrug@bol.com.br

uma individualidade como ser que é único, tanto os tidos como especiais quanto os caracterizados como normais, sendo que cada um pode receber informações com compreensões diferentes, mas igualmente importantes para cada indivíduo que deve ser considerado como tendo estilos, ritmos, talentos e preferência de atividades diferentes. Essa condição faz com que todos tenham um contexto social favorável, adaptando-se ao currículo escolar, pautado em uma reflexão humanista que tenha como foco viabilizar qualidade de vida com dignidade, cuidado e amorosidade.

Palavras-chave: Inclusão. Corporeidade. Prática Docente. Escola.

Palavras iniciais: da temática aos procedimentos metodológicos

Esta investigação trata da corporeidade como processo de inclusão social que, no contexto escolar, se apresenta como algo desconhecido e não valorizado por muitos educadores que desconsideram as pessoas como seres únicos e particulares. Esses seres, pela condição de unicidade que apresentam, são classificados pelos educadores em sua prática docente, em categorias de semelhanças de aspectos com os quais alguns são tidos como referenciais de normalidade. É a condição estatística de desconsiderar os extremos da curva e valorizar apenas aqueles que se situam no espaço considerado como sendo a curva da normalidade. É a matematização da exclusão dos não iguais, que desrespeita a individualidade e a unicidade de cada ser.

Esta postura hipócrita e farisaica de desconsiderar cada pessoa pelo que ela é cria uma categorização que dificulta os procedimentos necessários para lidar com aqueles que se distanciam muito da média, seja em termos de locomoção como de capacidade cognitiva ou mesmo neuronal. Essa postura que desconsidera as diferenças impede que os educadores sejam preparados para lidar com essas pessoas, mas que, por imposição legal, são obrigados a conviver com elas sem que para isso tenham a menor formação ou a menor vocação (FLORES; KRUG, 2010).

É o autoritarismo que se propaga a cada dia com mais evidência, tanto ao discriminar, quanto ao não promover preparação ambiental e

profissional e também ao impor uma obrigação de convivência, como se os preconceitos e as inseguranças pudessem ser superadas de forma mágica e instantânea.

Neste contexto, cabe destacar como ponto importante deste processo, o fato de a inclusão ter se dado como processo burocrático, sem que tenha havido algum debate sobre as formas e as necessidades de instalações e sobre as necessidades de formação dos professores e demais estudantes para lidarem com essa situação, atingindo o âmago da questão que é a postura autoritária e tirana que permeia o contexto civilizatório no qual interagimos e vivemos. Assim, é fundamental esse debate para então promover um processo que dê às escolas ambientes cada vez mais inclusivos e participativos, utilizando métodos que propiciem a interação escola/comunidade e professor/aluno, por meio da consciência histórica e filosófica do que definiu o mundo como é e como está (FLORES; KRUG, 2010).

A motivação para desencadear esta investigação teve origem durante o Curso Mestrado em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria, no contexto das atividades disciplinares, das discussões e das reflexões na busca de conhecimentos sobre os desafios da formação inicial no Curso de Licenciatura em Educação Física ao tratar da questão do que vem a ser normalidade no contexto da realidade social, na qual os estudantes estariam inseridos. Assim sendo, nosso objetivo foi analisar como ocorre esta inclusão em determinada cidade da região noroeste do Rio Grande do Sul realizando uma interlocução com a corporeidade. Essa observação possui significado ainda mais contundente, na medida em que o estilo de vida, a organização familiar e as condições sociais estabelecem o que é, e o que não é normal e também o que é e o que não é vida com dignidade.

Desta forma, incluir não se restringe a colocar para dentro de algum ambiente, o que é considerado como excluído, pois isso pode ser apenas uma forma de dar invisibilidade ao que era visível e que na condição de visível incomodava e denunciava um estado de

carência e de fragilidade na organização da sociedade. Partindo dessa reflexão, incluir somente tem significado se a ação se caracterizar como integração e, integração implica em base teórica adequada, condições materiais e perspectiva ética e generosa, de cuidado e de reciprocidade (BOFF, 2002).

Esta problemática é abordada nesta investigação como registro de uma abordagem qualitativa, que teve a intenção de chegar ao âmago dessa realidade que exige postura crítica e firmeza política para lidar com a complexidade de problemas a ela vinculados.

O tipo de pesquisa usado é a explicativa que se preocupa em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007), ou seja, esse tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos. Segundo Gil (2007, p. 43), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

No que se refere ao estudo de caso, Lüdke e André (1986, p. 18) destacam que esse enfatiza a “interpretação em contexto”. Segundo as autoras, “um princípio básico deste tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que se situa”. Já segundo Goode e Hatt (1968, p. 17): “o caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo”. O interesse incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente fiquem evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.

Desta forma, se pretende com esta investigação propiciar aos leitores uma visão ampla da inclusão, trazendo uma abordagem histórica que começa na antiguidade e se arrasta até a atualidade, a fim de mostrar diferentes conceitos e posições referentes ao que vem a ser a especificidade da Educação Especial para promover a superação do que gera discriminação e que avilta a humanidade dos humanos que se encontram em condição de vulnerabilidade social.

A investigação procura mostrar também a realidade encontrada em algumas instituições de uma localidade da região noroeste do

Rio Grande do Sul com o pretexto de possibilitar um panorama da realidade que essas pessoas enfrentam no dia-a-dia. Nesse sentido, cabe destacar a referência do prefeito da cidade de Bogotá, na Colômbia que, em um discurso, diz que um governo municipal deve fazer seu plano de ação urbano, depois de fazer um circuito nas ruas sentado em uma cadeira de rodas. Segundo ele, uma cidade pode ser considerada humanizada quando um cadeirante sai de sua casa, vai ao trabalho e depois às compras e volta para sua moradia de forma confortável e segura (COLÔMBIA, 1999).

Este exemplo mostra que o campo da Educação Especial é muito complexo, o que exige a adoção de ações práticas com segura base teórica, para que as ações educativas tenham um significado capaz de promover qualidade de vida e superação de dificuldades que atrapalham as relações que viabilizam a vida em plenitude.

Por último, esta investigação desafia o leitor para que, de forma sucinta, como professor, organize uma aula que tenha a inclusão como possibilidade real de interação dos estudantes que apresentam diferenças marcantes frentes aos demais, de modo a alcançar maior convivibilidade e maior desenvolvimento motor e mental para usufruir melhor o que a sociedade oferece.

Desenvolvendo e discutindo a corporeidade como referencial de inclusão por meio da ação docente

Conforme relata Fernandes (2007), a história assinala que, desde a Antiguidade, o corpo perfeito era valorizado como elemento importante para atender às necessidades impostas pelas guerras em que os países se envolviam. O corpo perfeito e forte também era desejado pelos povos que atuavam na agricultura, de tal forma que os relatos indicam que havia pouco lugar para quem não atendia, com seus dotes corporais, às exigências que a sociedade impunha aos humanos.

Na Grécia, as crianças que, por ventura, nascessem com algum defeito eram abandonadas em montes, enquanto em Roma elas eram

jogadas em rios. Segundo relatos históricos, a exclusão social dessas pessoas as deixava vulneráveis, tendo suas vidas ameaçadas devido, entre outros aspectos, às crenças de que elas traziam ameaças à manutenção da harmonia e da organização da sociedade (FERNANDES, 2007).

Os Reis e a Igreja os associavam à crença de serem pessoas pecadoras que Deus havia enviado a terra para provocar atos de vandalismo associando-os com a imagem do diabo e até com supostos atos de feitiçaria. Esses são apenas alguns aspectos que deveriam impedir duros sofrimentos e perseguições que muitas vezes culminavam com a morte para atender a desejos tidos como divinos e para agradar e aplacar iras desconhecidas e atribuídas a forças imateriais (FERNANDES, 2007).

Mas nem todas eram julgadas desta forma, anões, por exemplo, serviam de entretenimento para os nobres e também eram usados como material de exposição para o público. Os cegos eram considerados milagreiros, pois acreditavam que eles tinham o poder da cura através do toque. Aqueles ‘diferentes’ que não tinham algum ‘valor de troca’, eram aprisionados, já que não se encaixavam nos padrões normais e úteis da sociedade (FERNANDES, 2007).

Das religiões esta situação é incorporada à medicina onde se destaca o médico francês Jean Itard que realizou um estudo com um menino selvagem encontrado em 1800 e considerado ineducável. Ele mostrou que, ao utilizar recursos educativos adequados, poderia realizar o que todos consideravam impossível. Com isso a Educação Especial se revolucionou e se aprimorou na medida em que novas descobertas, através de pesquisas em diferentes partes, mostravam que os educadores que trabalhavam com estas pessoas se conscientizavam de que era necessária uma metodologia e uma teoria diferente da convencional (FERNANDES, 2007).

Com esse conhecimento se fortalece o estudo referente à mente humana. O também médico francês, Philippe Pinel, foi um dos pioneiros, cujos estudos proporcionaram uma melhor compreensão das doenças mentais e, em decorrência, um processo que culminou

na humanização dos tratamentos destas pessoas. Esse processo tem especial importância pelo fato de que os tratamentos realizados até então ocorriam de forma muito agressiva. A importância desse tratamento se revela no fato de o hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro ter recebido o nome de Instituto Psiquiátrico PINEL em homenagem a esse médico francês. Sua popularidade foi tanta que seu nome se vinculou a uma forma designativa de doentes mentais até os dias de hoje (FERNANDES, 2007).

No século XX ocorre a desinstitucionalização dos doentes mentais e também de todos os ‘diferentes’ que para ali eram conduzidos, passando a representar um problema social que a escola, de certa forma, foi incumbida de cuidar. Nesse sentido, são criados programas escolares para estas pessoas e, como na época eram chamados, ‘alunos excepcionais aparecem na escola’ (FERNANDES, 2007).

Em nosso país, até 1950, não se falava em Educação Especial, mas em aluno com necessidade educacional especial (ANEE). Entretanto, em 1970, acontece a criação de órgãos normativos, federal e estadual, que criam as classes especiais. A partir daí os estudantes são classificados como deficientes por meio de testes como os de Binet e Simon, de 1905, e o teste de quociente intelectual (QI) (FERNANDES, 2007).

Segundo Cardoso (2004), a partir de 1980 surgem, especificamente no Rio Grande do Sul, os estudos da estimulação precoce, o que faz com que, desde bebê, o indivíduo tenha uma intervenção no sentido de lidar com desordens neurais, motoras, afetivas e cognitivas, modificando o diagnóstico de aprendizagem dessas pessoas.

Em 10 de junho de 1994, países da Europa reafirmam o direito de Educação Para Todos, realizando a Conferência Mundial de Educação e nesse encontro, patrocinado pelo governo espanhol e pela UNESCO, foi anunciado o documento conhecido como Declaração de Salamanca, no qual foi ressaltada a inclusão de grupos minoritários junto aos classificados como normais, alterando a postura tradicional

de um sistema que tendia a excluir os alunos não considerados normais (CARDOSO, 2004).

Todos os países que assinaram este documento reconheciam que todas as crianças têm o direito à educação, que todas possuem características e habilidades para tal, que devem ter acesso à escola regular e que as escolas devem acolhê-los por meios eficazes.

O Brasil passa a ter a Lei da Inclusão, a partir do ano de 1988, a qual obriga os professores a trabalhar com alunos portadores de deficiências especiais, em conjunto com os estudantes considerados normais. A legislação lança alguns documentos legais que aderem a essa lei e, a partir de então, a Educação Especial firma um objetivo de inclusão social se constituindo em meta de caracterizar o processo cada vez mais inclusivo (CARDOSO, 2004).

A Educação Especial, segundo Fernandes (2007), é uma educação organizada e especificamente voltada aos alunos com necessidades especiais. Ela é definida pela LDB n. 9394 como uma modalidade de educação escolar. O documento de Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, promulgado pela Resolução CNE n. 02/2001, em seu artigo 3º, define a educação especial:

Art. 3º Por educação especial, **modalidade da educação escolar**, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure **recursos e serviços para apoiar, complementar, suplementar** e, em alguns casos, **substituir** os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos **educandos** que apresentam **necessidades educacionais** especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001 apud FERNANDES, 2007, p. 51, grifo do autor).

Esta posição traz uma compreensão de Educação Especial, que faz com que o aluno especial seja mais uma pessoa dentro da escola e não aquele eventual aluno especial que está nesse lugar, devido a um governo que quis com que ele estivesse onde está. Dessa forma, ele está legalmente integrado nessa instituição para receber o apoio

necessário e o serviço educacional comum, o mesmo que os alunos não especiais recebem.

Esta posição parte da premissa de que esses alunos têm condições iguais aos outros, ressaltando-se que possuem necessidades diferenciadas e estas devem ser tratadas especificamente por profissionais especializados, deixando-os o mais próximo possível de uma real participação social. Segundo Bergamo (2009, p. 45),

Trata-se de um movimento que compreende a educação como um direito humano fundamental e a base para uma sociedade mais justa, que se preocupa em atender todas as pessoas a despeito de suas características, desvantagens ou dificuldades e habilitar todas as escolas para o atendimento da sua comunidade, concentrando-se naqueles alunos que têm sido mais excluídos das oportunidades educacionais.

Pode-se dizer que está relacionada como uma tentativa de atender às diversidades existentes em cada bairro ou comunidade. Dessa forma, a escola deve atender todo e qualquer aluno que, por ventura, venha a se matricular, devendo ser incluído junto aos demais alunos, independentemente de suas necessidades. A escola deve ser acolhedora e segura para proporcionar um ambiente agradável e saudável para todos. Esta escola deve estar sempre receptiva a novos desafios, atendendo à demanda e realizando todos os seus afazeres com responsabilidade tanto social quanto financeira. Assim, esse relacionamento comunidade/escola será bem-sucedido, conforme dizem os documentos legais, mas a realidade desafia essa afirmativa.

O Brasil tem recebido duras críticas, por não conseguir atender nem às necessidades básicas da educação escolar, quanto mais às necessidades de Educação Especial, que estão por transitar em nosso contexto escolar (CARDOSO, 2004). Este é um processo que está em pauta no meio educacional, colocando em prática o dever que a escola tem com o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno, devendo discutir os meios de superação deste problema, tendo em vista a construção de uma escola democrática para todos e com o envolvimento efetivo de todos.

Fernandes (2007) afirma que ela deve estar inserida em diferentes níveis de educação escolar – educação básica e superior – e que o atendimento especializado que abrange da faixa de 0 a 6 anos, correspondente à educação infantil, deveria estender-se por toda a escolarização. O aluno deve ter todas as condições possíveis de ensino desde a educação infantil até a pós-graduação.

A realidade encontrada na cidade alvo da investigação mostra a dificuldade que pessoas com necessidades especiais encontram para receber os serviços a que têm direito. As escolas são os únicos lugares em que essas pessoas recebem auxílio especial. Nesta investigação, foram analisados três estabelecimentos de ensino da região Noroeste do Rio Grande do Sul tendo em vista que na região onde se localizam se apresentam outras formas de inclusão, mas as mais evidentes ainda continuam sendo as escolas e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE).

Em uma escola da rede de ensino estadual do Rio Grande do Sul, encontramos alguns alunos portadores de necessidades especiais, acompanhados de profissionais diferenciados que os acompanham individualmente, conforme a necessidade de cada um. Nessa escola existem três profissionais; uma psicopedagoga, uma especialista em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e formada em Pedagogia e outra profissional da área da Pedagogia que atende quatro crianças, sendo: duas surdas, uma disléxica e uma deficiente mental. Cabe destacar que esse trabalho efetuado por incentivo do estado, não se estende para fora dos muros escolares.

Outra escola da rede de ensino municipal tem por prioridade tratar estes alunos com a maior dignidade possível, contratando profissionais gabaritados para esse fim, promovendo a melhor inclusão possível. Nessa escola encontram-se três profissionais formados em Pedagogia e habilitados para trabalhar com algumas áreas como Libras e deficiência mental. Esses profissionais receberam cursos para tal função como a escola estadual deste município, sendo que nesta escola estão dois alunos com deficiência mental leve, três com deficiência motora e dois com dislexia.

A terceira instituição observada foi a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE). Conta com dez profissionais da área da Pedagogia que estão aperfeiçoando sua convivência com estas pessoas, um professor de Educação Física, dez profissionais da área da saúde, sendo um assistente social, uma psicóloga, uma bioquímica, uma neurologista, uma fonoaudióloga, duas fisioterapeutas, uma técnica em enfermagem, uma neuropediatra, um clínico geral e um terapeuta ocupacional, além de doze pessoas que trabalham com a manutenção e administração da sede.

O curioso é que além do incentivo municipal e estadual que acontece nesta região não encontramos ambientes extra-escolares, tornando-os, muitas vezes, reféns de suas deficiências.

Segundo Farfus (2009, p. 2):

Compreender esta nova possibilidade social é ponto de partida para a apropriação dos espaços educativos que possibilitam uma reorganização pedagógica. Cada indivíduo em sua cidade, estado, país, buscando a identificação de quais serão estes espaços é exercício fundamental para uma reestruturação social que se faz necessária para a consolidação de um efetivo processo democrático, no qual atividades educadoras permeiem a formação de cidadãos. Os espaços públicos e privados não podem ser excludentes, mas devem prever a inclusão de todos em uma sociedade que se diz democrática. E o pedagogo deverá rever sua atuação para acompanhar este cenário.

Por meio desta análise da realidade e a posição desenvolvida pela teoria disponível, se pode perceber que, na cidade observada, além de não existirem locais de cunho extra-escolar para a prática de esportes, não existe infra-estrutura como: calçadas adequadas, banheiros públicos adequados e sinalizações que possam ajudar essas pessoas.

Inferimos, então, que as instituições educacionais caminham a passos largos, com o apoio do poder público estadual e municipal, para conseguir promover a contratação de profissionais capacitados, para atuar junto aos professores das classes, mas que ainda falta muito na questão de ambientes para atender a essas pessoas.

Consideramos pertinente citar a fala de um aluno entrevistado por Souza (2009, p. 29) durante sua coleta de dados. O depoimento é o seguinte:

Não podemos esperar para que todos em nossa volta se adaptem a nós, pois somos poucos, e a população de forma geral é muita, sim devemos adaptar-se a todos e a tudo em nossa volta, não adianta o governo fazer calçadas no centro da cidade para os cegos, ou ter uma calçada adaptada e outra não, é mais frustrante que andarmos sem nenhuma sinalização. Assim dizendo acredito que nós deficientes temos o dever a adaptar-se a todos os outros, assim fazendo uma inclusão do menor para o maior.

Olhando pelo viés apresentado no depoimento, não é fácil, para eles, esperar que tudo se modifique do dia para a noite. Se ficarem esperando o mundo adaptar-se a eles, acreditamos que não terão a oportunidade de sair de casa. Como Farfus (2009, p.16) aborda em suas considerações finais, “este é um sonho do pedagogo e da própria pessoa excepcional”. Eles procuram abrir horizontes através de um espaço democrático que faça com que os cidadãos tenham co-responsabilidade com estas pessoas, fortalecendo a construção de uma sociedade digna para todos.

Desta forma, uma sociedade que propõe uma construção de vida digna para todos, não pode esquecer os princípios da inclusão social. Assim, nesta investigação, defendemos que a adaptação das deficitárias estruturas de acesso pode ser um ponto a ser desenvolvido pelos órgãos públicos, já que é um dos aspectos de maior fragilidade que encontramos na região pesquisada, não esquecendo que os portadores de alguma necessidade especial também não podem ficar esperando, mas devem se libertar das amarras. Essa posição se apóia no fato de muitas vezes os portadores de necessidades especiais acreditarem que não possuem habilidades suficientes ou capacidades para a execução de determinadas tarefas, o que é errôneo.

Pretendemos, por meio desse debate, propor que os portadores de necessidades especiais se libertem desse medo e encontrem espaços

adequados e profissionais capacitados para promover a inclusão, acreditando que isto pode acontecer por meio da Educação Física. É função dos profissionais de Educação Física buscar formas de ação e mobilidade corporal que promova a inclusão e o desenvolvimento físico e relacional dos portadores de necessidades especiais. Uma das atividades indicadas na bibliografia disponível é a prática da dança. Segundo Gonçalves (2006, p. 170),

Uma das atividades que mais contribui para o desenvolvimento da expressão corporal é a dança, pois estimula a auto-expressão. Um importante exemplo para a área é coçar-se que é uma resposta corporal para uma situação incômoda, mas pode se transformar em dança. Esse exemplo é um dos muitos existentes em nosso cotidiano e que podemos transformar em dança. Particularmente, utilizamos os movimentos do cotidiano realizados pelas crianças como motivação para as aulas de dança.

Como afirma esta autora, todas as pessoas, deficientes ou não, irão se coçar ou realizar alguma outra atividade do cotidiano como piscar, balançar a cabeça, entre muitos outros. Com isso fica patente que todos, independentemente de suas condições e conformações, possuem movimentos e necessitam se aliar às outras pessoas e aos ambientes.

Neste contexto, temos que esse processo pode ser iniciado quando se coloca uma música, percebe-se a reação de cada um e se identifica como cada aluno especial se manifesta e se expressa corporalmente. Depois, cabe ao professor estimular a realizar algum movimento de seu cotidiano e verificar qual é o grau de aceitação do movimento proposto para então realizar brincadeiras com esses movimentos. Acredita-se que esta seria uma iniciativa que fugiria do desporto de competição, que é o convencional em muitas atividades escolares na Educação Física, o que tornaria a aula muito mais atraente para as pessoas especiais que estariam nesse meio com as mesmas condições ou o mais próximo possível delas.

A organização das práticas inclusivas pode ser feita por meio de uma organização pautada em critérios, como sugere Pacheco;

Eggersdóttir e Marinósson (2007), de valorizar e evidenciar: os contextos de educação inclusiva; a organização do trabalho em sala de aula; a colaboração dos alunos; os benefícios do ensino em equipe.

Ao mesmo tempo em que se percebe que os alunos especiais possuem dificuldades na aprendizagem, visualiza-se que todos possuem características comuns. Assim, esta investigação mostrou que as pessoas têm uma individualidade como ser que é único, tanto os tidos como especiais quanto os caracterizados como normais, sendo que, cada indivíduo pode receber informações com compreensões diferentes, mas igualmente importantes para cada um, que deve ser considerado como tendo estilo, ritmo, talento e preferência por atividades diferentes.

Esta é uma reflexão sobre a complexidade que as abordagens possuem. Elas devem atender às várias necessidades dos alunos, procurando fazer com que aconteça uma grande interação entre os alunos e professores para que o sucesso seja evidenciado entre as partes. Assim, os contextos estão associados à ideia de uma comunidade de aprendizagem diferente, no qual existem várias maneiras de criá-los, envolvendo a criação de condições organizacionais e curriculares, nas quais cada um e todos os alunos possam aprender.

A organização deste processo convida a que todos os alunos aprendam dentro do contexto social da sala, trazendo aos alunos um currículo assegurado, possuindo várias maneiras de coexistir uma mesma ligação, oportunizando a diversidade dos meios de aprendizagem e superando obstáculos.

Entretanto, o mais importante entre essas ações é a colaboração dos alunos, procurando uma relação cooperativa diante das dificuldades encontradas, para que a aprendizagem cooperativa desencadeie a melhora dos indivíduos que procuram a inclusão, de tal forma que ela se manifeste como recompensadora para todos. Desta forma, os professores precisam planejar com antecedência a adaptação curricular desejada, de modo que seja desenvolvida com a participação efetiva dos alunos procurando a cooperação e a execução das tarefas de tal forma que evidencie o papel do aluno na construção do conhecimento.

O ensino em equipe entra neste contexto como uma estratégia geral da inclusão. Segundo Pacheco, Eggertsdóttir e Marinósson (2007, p. 119),

[...] o ensino em equipe permite uma intervenção coordenada de diferentes professores para um aluno ou um pequeno grupo de alunos. Os professores precisam planejar as aulas e optar por métodos, o que maximiza o ensino em grupo. Eles assistem de forma conjunta todos os alunos e compartilham suas responsabilidades dentro, assim como fora da sala de aula.

Então não adianta somente programar-se para o aprendizado em equipe, mas é preciso um processo conjunto com envolvimento dos profissionais, trazendo os pontos de vista de diversas áreas e fazendo uma reflexão para a melhoria da qualidade de ensino por meio do engajamento de todos para valorizar a pessoa que busca vida com dignidade.

Palavras finais: chegando a uma conclusão

Esta investigação pretendeu mostrar que, desde a Antiguidade, as diferenças são determinadas pela sociedade ou por pequenos grupos que colocam o que é bom ou ruim para o próximo. Essa postura autoritária e excludente é responsável por muitas infelicidades e muitas tragédias pessoais e coletivas.

Quando do início do texto nos referimos à Antiguidade falamos das bizarrices que aconteciam o que hoje consideramos como ignorância pautada, muitas vezes, em crenças que ultrapassam a racionalidade das pessoas. Destacamos isso pela perseguição que impunham aos diferentes, não só às pessoas especiais, mas a toda e qualquer pessoa de opiniões ou ações consideradas anormais para o que estava estabelecido ou convencionalizado, o que ainda se mantém no contexto de vida capitalista que se caracteriza pela competição, individualismo e prescrição.

Esta discussão torna-se evidente no livro de Facion (2009) que mostra os pensamentos da sociedade antiga que julgava as pessoas ditas

‘deficientes’, como sendo pessoas doentes, possuídas pelo demônio. Esses critérios eram pautados na perspectiva do homem ideal, visto como o mais forte, alto e bonito, do ponto de vista dos padrões da época. Os considerados deficientes eram os que não produziam bens materiais ao mundo se caracterizando como fardos que deveriam ser carregados pelos demais. Desta forma, se identifica certa evolução na medida em que encontramos guerreiros como Jean Itard e Philippe Pinel, que realizaram os primeiros estudos para compreender as peculiaridades dessas pessoas, tirando-os do rótulo que até então o meio lhes impunha.

Hoje, possuímos muitas leis e sociedades assistenciais para essa população, tentando fazer com que todos entendam o que é Educação Especial e para que serve a Educação Inclusiva, trazendo a compreensão de que a pessoa com necessidades especiais não está na escola normal procurando ser igual aos demais e sim procurando receber condições de ensino iguais aos outros. Neste sentido, obtemos condições iguais de aprendizagem, respeitando e compreendendo as limitações de cada um, não só e necessariamente os portadores de necessidades especiais, por possuírem dificuldades de aprendizagem, mas todos os que estiverem expostos a novos conhecimentos.

Ressaltamos que, na comunidade investigada, já existe um processo de inclusão respeitoso em andamento para tornar a sociedade ainda mais inclusiva, por meio de programas que a princípio são escolares, mas que proporcionam uma aprendizagem qualificada aos que têm dificuldades, através de programas que proporcionem uma maior atenção dos professores auxiliares que estão incumbidos da tarefa tão necessária que é ensinar para a integridade da vida.

Compreendemos que esse processo pode ser desenvolvido por meio de uma Educação Física que deixe de se apresentar como processo pautado na competitividade e passe a ser tida como dinâmica cooperativa e inclusiva, deixando de ser encarada pelo portador de deficiência como uma barreira, devido ao meio competitivo em que vivemos. Dessa forma, uma aula de dança pode proporcionar ao

professor uma visão corporal que permita descobrir meios através dos quais possa chegar a eles, sem que isso os deixe constrangidos.

Entretanto, para que isso aconteça, devemos organizar as aulas, os currículos, as instalações e a formação dos professores, de forma que sejam pautadas em critérios que façam com que os alunos, juntamente com o professor, criem uma forma em que a interação prevaleça. Faz-se necessário que todos tenham um contexto social favorável, adaptando-se ao currículo escolar, quando esse for construído com a colaboração de todos, para a construção do conhecimento pautado em uma reflexão humanista que tenha como foco viabilizar qualidade de vida com dignidade, cuidado e amorosidade. Sendo assim, inclusão e corporeidade no cotidiano da prática docente é um assunto que estará sempre em evidência, pois todos nós possuímos curiosidades e dificuldades, que cada vez mais nos deixa a sensação de que devemos fazer parte desta problemática, especializando-nos para proporcionarmos um ensino flexível às diversas gerações.

PRACTICE TEACHING: THE CORPORALITY WITH PROCESS OF INCLUSION

Abstract: Starting from the presupposition that the process of social inclusion in the school context is with a lagged process and that the materialization of the exclusion of non-equal, disrespected the individuality and the uniqueness of each individual, we observe that before this neglect should we realize this debate, looking then to promote the process that gives schools environments increasingly inclusive and participatory, using new methods that facilitate the interaction school/community and teacher/student, through of a historical consciousness and philosophical definition of world. The objective was to analyze with the process of inclusion in a determined city in the northwestern region of Rio Grande do Sul performing an interlocution with the corporeal. Thus, we conducted a qualitative study/explanatory in the form of a case study in three teaching establishments in a determined city northwest of Rio Grande do Sul, where we observe the complexity approaches have, each student has special difficulties differentiated learning of others, but having common characteristics. Thus, this research showed that people possess an individuality with to be that is unique, both the regarded as special as those characterized as normal, being that each a can receive information

with different understandings, but also important for each individual should be considered as taking styles, rhythms, talents and preference of different activities. This condition causes all have a favorable social context, adapting the curriculum, based on a humanistic reflection that focuses on enabling quality of life with dignity, care and loveliness.

Keywords: Inclusion. Corporeality. Teaching Practice. School.

Referências

BERGAMO, B. R. **Pesquisa e prática profissional:** Educação Especial. Curitiba: Ibpex, 2009.

BOFF, L. **Crise, oportunidade de crescimento.** Campinas: Verus, 2002.

COLÔMBIA (Bogotá). **Prêmio Ibero-americano de Periodismo pelos Direitos da Criança.** Período: 1999.

CARDOSO, M. **Aspectos históricos da Educação Especial:** da exclusão à inclusão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações.** 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2009.

FARFUS, D. **Organização pedagógica dos espaços educativos.** Curitiba: Ibpex, 2009.

FERNANDES, S. **Fundamentos para Educação Especial.** Curitiba: Ibpex, 2007.

FLORES, P. P.; KRUG, H. N. Formação em Educação Física: um olhar para a inclusão escolar. **Revista Digital Lecturas:** Educación Física y Deportes, Buenos Aires, a.15, n.150, p.1-10, noviembre, 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd150/formacao-em-educacao-fisica-a-inclusao-escolar.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, G.L.N. **Metodologia do ensino da Educação Física.** Curitiba: Ibpex, 2006.

GOODE, L.; HATT, K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SOUZA, A. L. M. de. **Gestão da diversidade e pessoas com deficiência: investigação sobre a inserção da pessoa com deficiência em uma organização pública federal**, 2009. 39 f. Monografia (Especialização em Gestão Judiciária). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Artigo recebido em: 28/08/13

Aprovado para publicação em: 16/11/13